

## APRESENTAÇÃO

### **DOSSIÊ - 10º SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR EM SOCIOLOGIA E DIREITO: O fazer acadêmico em tempos de negacionismo e pandemia: reflexões, desafios e possibilidades**

Este dossiê celebra a décima edição do Seminário Interdisciplinar em Sociologia e Direito (S&D) que, desde 2011, é organizado pelo corpo discente e docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD/UFF). O Seminário Interdisciplinar em Sociologia e Direito estruturou-se para representar um espaço de fomento às pesquisas pautadas, especialmente, na interdisciplinaridade nos campos das Ciências Sociais e Jurídicas - e outros campos correlatos.

A pluralidade marca as edições do S&D, evidenciando-se, sobretudo, nos grupos de trabalhos (GT's) propostos por acadêmicos de todo o Brasil, viabilizando a interlocução entre estudantes e docentes de diversos programas de graduação e de pós-graduação. O seminário também tem como proposta central a produção de conhecimento científico com base empírica, elaborada a partir da sociedade, mas que impactem a realidade desses atores, em um movimento contínuo de ampliação dos conhecimentos teóricos internos e de transformação externa.

Desde as suas primeiras edições, a parceria entre docentes e discentes tornou-se uma característica marcante do S&D, tendo, inclusive, fortalecido o evento para que tivesse continuidade. O PPGSD da UFF, atento à necessidade de protagonismo dos discentes, numa espécie de inversão dos papéis da forma como tradicionalmente são postos, viabilizou que os alunos atuassem mais à frente das organizações do S&D. Recorrendo à literatura, oportuno parafrasear Victor Hugo, segundo o qual "nada é mais poderoso que uma ideia que chegou no tempo certo". A ideia e o tempo chegaram!

Na 10ª edição, o protagonismo discente se evidenciou quando a organização do evento voltou a ser uma responsabilidade exclusiva dos discentes. Originalmente designada à Comissão Discente do PPGSD pelo colegiado do programa, esta tarefa contou com a adesão de cerca de vinte alunos de

mestrado e doutorado de todas as linhas de pesquisa vinculadas à pós-graduação. A estruturação coletiva do evento se constituiu em importante possibilidade de aprendizado para os pesquisadores em formação envolvidos no processo. Isto porque a experiência de organização de um seminário acadêmico, nas proporções do S&D, figura como um passo indispensável para a construção do saber, em termos teóricos e práticos. Além de dimensionar o campo de atuação no qual se inserem e lançar luzes sobre a importância de uma atuação discente proativa.

Um dos primeiros pontos contemplados pelo trabalho discente na organização do evento foi a definição do seu tema. Com a deflagração da pandemia, a maioria das pesquisas foram severamente impactadas, especialmente em razão das reconfigurações que se tornaram necessárias para a continuidade do ensino, da pesquisa e da extensão, eixos que se fizeram possíveis, no atual contexto, apenas remotamente, durante completos dois anos.

Além disso, não como seu produto mais autêntico, a pandemia potencializou as manifestações de negação do conhecimento científico. No cerne do debate dos negacionistas estava a descrença com relação às vacinas, às recomendações de isolamento social e ao uso de máscaras. A partir dessas constatações, evidenciou-se quão interessante seria que o evento promovesse discussões sobre a seguinte temática: **“O fazer acadêmico em tempos de negacionismo e pandemia: reflexões, desafios e possibilidades”**.

Reflexões, desafios e possibilidades do fazer acadêmico em tempos de negacionismo e pandemia foi objeto da palestra inaugural da Professora Doutora Cecília MacDowell dos Santos, da Universidade de São Francisco (USF) na Califórnia, e da Professora Doutora Natália de Sousa Lisboa, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Além das expositoras acima referenciadas, na mesada abertura também contamos com as falas necessárias e importantes feitas pelo Professor Doutor Antônio Cláudio Lucas da Nóbrega, reitor da UFF, pelo Professor Doutor Joaquim Leonel de Rezende Alvim e pela Professora Doutora Carla Appolinário de Castro, coordenadores do PPGSD/UFF, contextualizando tais problemáticas no âmbito da nossa Universidade e Programa.

O evento contou com um número de 19 grupos de trabalho, com uma gama significativamente diversa de temas, bem como extremamente plurais em termos de colaboradores, originários de várias regiões do país, o que permitiu um *networking* entre os docentes e discentes dos programas de pós-graduação. Vale frisar que a organização do evento teve como um de seus objetivos expandir o Seminário Interdisciplinar em Sociologia e Direito ultrapassando os limites geográficos do sudeste

brasileiro, aproveitando-se do que, durante a pandemia de exceção, convolou-se em regra, isto é, a virtualização.

Além da confiança externa creditada ao evento, enquanto alunos da pós-graduação, muito nos alegram e nos honram as oportunidades garantidas pelo PPGSD/UFF, as quais transcendem a organização do evento em si e, em verdade, representam muito mais. A postura do programa aponta para a valorização do protagonismo discente e isso, em uma tradução livre, significa dar autonomia para aqueles que estão inseridos em um processo contínuo de construção docente. Nessa toada, cabe destaque não só o envolvimento do corpo docente do PPGSD/UFF em apoio ao evento, mas também a incrível oportunidade de, a partir do evento, desenvolver produtos acadêmicos para além dos anais, sendo: um *e-book* direcionado ao 10º S&D pelo Colegiado do PPGSD/UFF e o presente dossiê junto à Revista Confluências.

O dossiê **O fazer acadêmico em tempos de negacionismo e pandemia: reflexões, desafios e possibilidades**, indiscutivelmente, figura como alternativa de ampla difusão de alguns trabalhos que marcaram esta edição do Seminário Interdisciplinar em Sociologia e Direito, os quais agora possuem lugar em um periódico consolidado, ético, democrático, o qual, desde 2003, prioriza e fomenta a discussão interdisciplinar e transdisciplinar. Frise-se que, como alunos do PPGSD, também enxergamos nesta publicação uma forma de contribuir com a Confluências que, há cerca de 19 anos, publica artigos científicos e originais que apresentem resultados de pesquisa avançada e de reflexões teóricas inovadoras nas áreas das ciências jurídicas, humanas e sociais.

A seleção de dez trabalhos inéditos e de acordo com as diretrizes da revista buscou privilegiar a representatividade regional - um dos objetivos do evento - e a diversidade temática, contemplando, assim, o amplo rol de discussões travadas nos grupos de trabalho. Além disso, também nos guiamos pela atualidade e relevância dos artigos, assim como pela abordagem crítica e em consonância com valores democráticos, inclusivos e plurais característicos do PPGSD/UFF. Nessa lógica, abaixo delinearemos brevemente cada um dos artigos que integram o presente dossiê.

Marcelino Meleu, Leticia Carrion, Izabel Welter e Tchessica Weber são autores do artigo intitulado **A concretização dos direitos fundamentais da comunidade LGBTQIA+ pela aplicação da teoria do reconhecimento de Axel Honneth**. Neste, tendo como marco normativo a promulgação da Constituição Federal de 1988, sobretudo em termos de consolidação de direitos fundamentais e de proteção e respeito aos direitos humanos, refletem que ainda existem grupos minoritários os quais

têm direitos intrínsecos à sua pessoa tolhidos, como é o caso da comunidade LGBTQIA+, segmento da população historicamente marginalizado e vítima de estigmatização, patologização e omissão legislativa. O trabalho divide-se entre a discussão acerca dos direitos humanos e princípios da dignidade, isonomia e liberdade, estruturantes do Estado Democrático de Direito, uma vez que esses são responsáveis por oferecer proteção aos sujeitos LGBTQIA+ e a abordagem da luta pelo reconhecimento das populações LGBTQIA+ pelo referencial do pensamento de Axel Honneth.

Por sua vez, no artigo **Pobreza menstrual e a tributação dos absorventes**, as autoras Maria Carolina Motta e Mariana Peixoto analisam o cenário da tributação sobre os absorventes no Brasil, considerando a perspectiva da pobreza menstrual enquanto um empecilho à equidade de gênero. O trabalho parte da constatação de que a pobreza menstrual impede meninas e mulheres de se expressarem politicamente, pois cerceia o desenvolvimento educacional, a saúde e a possibilidade de interagirem como pares, na sociedade. Além disso, no desenho tributário brasileiro, os absorventes são considerados itens supérfluos e não essenciais, contudo, poucos projetos de leis que visam combater a pobreza menstrual, discutem o impacto da tributação dos absorventes na vida de quem menstrua. O artigo subdivide-se em tópicos relacionados à desigualdade de gênero, à pobreza menstrual como um obstáculo à equidade de gênero e à redistribuição como política fiscal no contexto da pobreza menstrual.

Já o artigo **A judicialização das ações afirmativas no Brasil: breve análise sobre a importância das cotas raciais para o acesso à educação**, de autoria de Gabriel Eidelwein Silveira, Gisele Gonçalves Palha do Nascimento, Kaélio Francisco Luz e Tamires Eidelwein, busca demonstrar como as marcas da escravidão ainda se fazem presentes na atualidade pelo recorte do acesso à educação, direito social assegurado constitucionalmente. A partir do debate das ações afirmativas de cotas raciais, a autoria questiona a meritocracia como ferramenta de perpetuação de desigualdades, discute o conceito de igualdade formal e material e se debruça em breve, porém elucidativa, análise sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186 (ADPF 186) que confirmou a constitucionalidade de tais políticas.

Thayná Medeiros Melo, Vitória Viana da Silva, Grasielle Borges Vieira de Carvalho e Ronaldo Alves Marinho da Silva são os autores do artigo **As condenações por reconhecimento fotográfico e a influência da seletividade racial no sistema punitivo brasileiro**. Nele pretendem trazer ao debate as repercussões jurídico-criminais do uso do reconhecimento fotográfico pelo sistema

de justiça criminal. Nesse processo, utilizando-se da análise jurisprudencial e da teoria do etiquetamento, colocam em evidência o caráter seletivo do nosso sistema, marcado pelo racismo e autoritarismo de práticas informais, palpável ao analisar o recorte de raça/cor dos condenados.

Com autoria Fany Nascimento, Ana Paula dos Santos, Gilsa Helena Barcellos e Wakyla Cristina Corrêa, o trabalho **Os conflitos socioterritoriais no território quilombola do Sapê do Norte e a COVID-19** consiste em uma produção que versa sobre populações quilombolas de Sapê do Norte. Entre outras questões, o artigo reflete sobre a realidade conflituosa vivida por comunidades de quilombo, acometidas por múltiplas ameaças e violências, além de sofrerem com irrefreáveis expropriações de suas terras. A narrativa se concentra na relação de antagonismo e disputa vivenciada entre a comunidade quilombola de São Domingos, de Conceição da Barra, no norte do Espírito Santo, a empresa Aracruz Celulose e o Estado brasileiro.

Em **Direitos Humanos, COVID-19 e regressão civilizatória: O Brasil em questão**, Thaís Cortes e Silene Freire discorrem sobre a agenda destrutiva evidenciada na pandemia com o fito de amortizar os custos da crise do capital para os mais ricos. Afetando os mais pauperizados, as reformas e contrarreformas de cunho social e trabalhista dos últimos anos, próprias de um modelo ultraneoliberal, se efetivaram violando direitos humanos e potencializando a regressão civilizatória do capital. O artigo traça um importante balanço dos impactos sofridos pelos brasileiros pelo prisma do avanço do capital sobre os direitos mais fundamentais da população que representam uma transgressão no campo dos direitos humanos.

O artigo intitulado **A inclusão social do ensino-aprendizado pelas tecnologias digitais da educação e as modalidades de ensino em tempos da COVID 19**, de José Gil Vicente e Pierre André de Souza, aborda o campo da educação em tempos pandêmicos. A questão central apresentada consiste nas contribuições à educação oportunizadas pelas novas dinâmicas, que surgiram em função da pandemia de COVID-19. Perpassando, também, as mudanças demandadas por ela, a exemplo do isolamento social. Mas, sobretudo, o texto trata das vantagens resultantes do uso de tecnologias na educação, em razão da recorrente adesão ao ensino remoto a partir do contexto pandêmico. Nesse sentido, os autores propõem uma reflexão sobre os impactos dessas mudanças, buscando identificar possíveis ganhos para os processos de ensino aprendizagem.

Já em **Judiciário digital: o que é mito e o que é verdade sobre as barreiras tecnológicas e o acesso à justiça no Brasil**, as autoras Cristiane Rodrigues Iwakura e Priscila Leal Seifert Viana,

abordam o tema da virtualização dos processos judiciais e o acesso à justiça. Dentre outras questões, a que se demonstra central no texto pode ser expressa na seguinte pergunta: seria a inacessibilidade resultante da implementação de recursos tecnológicos, a exemplo da digitalização de processo e de audiências, uma verdade ou um mito? O artigo percorre três etapas, ao longo das quais é possível construir uma ponderada reflexão a esse respeito. Além de apresentar ao final, entre outros pontos, o ganho que o uso de recursos digitais poderia representar para o sistema judiciário acerca das estatísticas oferecidas e das inúmeras análises de dados oportunizadas a partir disso.

Em **A *expertise* em julgamento: onde fica a ética quando não discutimos as relações de poder**, a autora Dayse de Paula Marques da Silva lança mão do seu acúmulo de pesquisas sobre a sociologia das profissões e analisa como a composição por sexo e cor das carreiras universitárias impactam na estrutura das relações de poder que configuram determinada profissão. Nesse sentido, valendo-se do contexto pandêmico que vivenciamos, procura lançar questionamentos sobre as configurações das relações de poder na área médica, onde há, de um lado, o poder de convencimento e a expertise do médico, e de outro, a confiança plena do paciente.

Por fim, o artigo **O Conselho Superior do Ministério Público de Portugal e as decisões disciplinares: quem fiscaliza o fiscal da lei?** de autoria de Cora Hagino, Jullia Fusco e Juliana Santos, analisa as decisões disciplinares e as sanções por elas impostas aos membros do Ministério Público português pelo seu Conselho Superior. Além disso, a autoria se propõe também a analisar o Conselho Superior do Ministério Público em si. O trabalho aponta, como será possível depreender de sua leitura atenta, para a baixa transparência do órgão no que tange à aplicação de tais sanções.

Desejamos a todas/os/es leitores da Revista Confluências uma excelente leitura e muitas reflexões a partir delas!

*Anna Carolina Cunha Pinto*

*Dieric Guimarães Cavalcante*

*Mario José Bani Valente*

*Yohane Cardoso da Costa*

Em nome da Comissão Organizadora do  
10º Seminário Interdisciplinar em Sociologia e Direito